

art. 1.071 serão utilizados os critérios contidos no art. 1.072 §§ 1º, 2º e 3º da lei 10.406, de 10/01/2002. (arts. 1.071 e 1.072, § 1º, 2º e 3º CC/2002 e art. 1.078)

CLAUSULA VIII : PRO - LABORE

Os sócios administradores poderão ter, de comum acordo, uma retirada mensal, a título de "pró labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA IX : ÓBITO - INTERDIÇÃO-EXCLUSÃO

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

A Exclusão de sócio se dará pela decisão da maioria dos sócios, representativa de mais da metade do Capital Social, quando entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, mediante alteração contratual. (art.1085, CC/2002)

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)

CLAUSULA X : DESIMPEDIMENTO

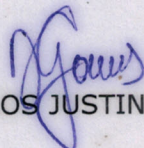
Os sócios administradores **José Carlos Justino Gomes e Rilza de Brito Queiroz Gomes**, declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

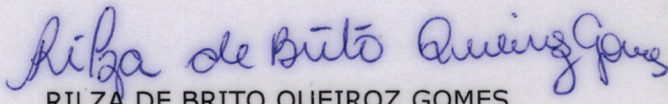
CLAUSULA XI : CASOS OMISSOS E FORO

Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II, da Lei 10.406/02 - Código Civil. Fica eleito o foro da Comarca deste município para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim, justos e de pleno acordo, assinam o presente em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos legais.

Contagem (MG), 20 de fevereiro de 2013.


JOSE CARLOS JUSTINO GOMES


RILZA DE BRITO QUEIROZ GOMES

